

O DESAFIO DO ANTICAPACITISMO NA PRODUÇÃO DOCUMENTAL NO SERVIÇO SOCIAL

Priscila Kiekow

Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

E-mail: priscilakiekow@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa a presença de expressões capacitistas na produção documental do Serviço Social, com foco na promoção de uma linguagem inclusiva e comprometida com os princípios ético-políticos da profissão. Parte-se da compreensão do capacitismo como uma forma de opressão que desvaloriza pessoas com deficiência, reproduzida historicamente por meio de discursos, práticas institucionais e representações simbólicas. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizada com assistentes sociais atuantes na região Sudoeste do Paraná, vinculados ao Núcleo Regional de Serviço Social (NUCRESS) de Francisco Beltrão. A coleta de dados ocorreu por meio de questionário estruturado, com perguntas fechadas e abertas, analisadas à luz da análise de conteúdo. Os resultados indicam a recorrência de expressões capacitistas em documentos técnicos, como “portador de necessidade especial” e “ele(a) é especial”, além de metáforas pejorativas e eufemismos que reforçam estigmas. Apesar de uma crescente preocupação ética com a linguagem utilizada, os dados revelam fragilidades na formação continuada sobre o tema. A análise evidencia que a linguagem não é neutra, e que seu uso inadequado pode violar princípios fundamentais do Código de Ética do Serviço Social, contribuindo para a exclusão simbólica e a negação de direitos. O artigo propõe diretrizes para qualificação da escrita técnica, reforçando a necessidade de ações educativas que fortaleçam o enfrentamento do capacitismo e a construção de práticas profissionais mais justas e inclusivas.

Palavras-chave: Serviço Social. Capacitismo. Produção documental. Linguagem inclusiva. Ética profissional.

THE CHALLENGE OF ANTICAPACITISM IN DOCUMENTARY PRODUCTION IN SOCIAL SERVICE

ABSTRACT

This article analyzes the presence of ableist expressions in Social Work documentary production, with a focus on promoting a language that is inclusive and committed to the ethical and political principles of the profession. It starts from the understanding of ableism as a form of oppression that devalues people with disabilities, historically reproduced through discourses, institutional practices and symbolic representations. The qualitative research was carried out with social workers working in the southwest region of Paraná, linked to the Francisco Beltrão Regional Social Service Center (NUCRESS). Data was collected using a structured questionnaire with closed and open questions, which were analyzed using content analysis. The results indicate the recurrence of ableist expressions in technical documents, such as “person with special needs” and “he/she is special”, as well as pejorative metaphors and euphemisms that

reinforce stigmas. Despite a growing ethical concern about the language used, the data reveals weaknesses in continuing training on the subject. The analysis shows that language is not neutral, and that its inappropriate use can violate fundamental principles of the Social Work Code of Ethics, contributing to symbolic exclusion and the denial of rights. The article proposes guidelines for qualifying technical writing, reinforcing the need for educational actions that strengthen the fight against ableism and the construction of fairer and more inclusive professional practices.

Keywords: Social work. Capacitism. Documentary production. Inclusive language. Professional ethics.

1. INTRODUÇÃO

O capacitismo é uma forma de opressão histórica e social que se manifesta na discriminação e marginalização de pessoas com deficiência, fundamentada na ideia de que corpos e mentes que fogem do padrão considerado “normal” são inferiores ou incapazes. Esse sistema de opressão hierarquiza as vidas humanas a partir de um modelo corporal, sensorial e comportamental tido como normativo, delimitando o que é considerado aceitável na sociedade.

Historicamente, o capacitismo se consolidou como uma gramática moral que diferencia o “aceitável” do “dispensável”, relegando pessoas com deficiência a posições de exclusão e subalternidade. Essa lógica não se restringe a barreiras físicas, mas permeia práticas sociais, culturais e institucionais, como a negação de acessibilidade, a infantilização, a superproteção, a invisibilidade e o uso de linguagem pejorativa. O preconceito se manifesta tanto em ações quanto em omissões, como a ausência de políticas públicas inclusivas ou a falta de recursos de acessibilidade, comprometendo o pleno exercício da cidadania dessas pessoas.

O capacitismo está intrinsecamente ligado à construção social da deficiência, que não deve ser vista apenas como uma condição biológica, mas como resultado de processos históricos, culturais e econômicos que regulam e controlam a forma como corpos e mentes são percebidos e tratados. Assim, combater o capacitismo exige a desconstrução de normas e discursos que perpetuam a exclusão, reconhecendo a diversidade humana e garantindo igualdade de direitos, dignidade e acesso para todas as pessoas, independentemente de suas características físicas, sensoriais ou intelectuais.

A linguagem, enquanto expressão simbólica da cultura e das relações sociais, exerce papel determinante na forma como os sujeitos são percebidos, representados e tratados socialmente. No campo do Serviço Social, a produção documental não é apenas uma atividade técnico-operativa, mas um instrumento que carrega posicionamentos ético-políticos e pode, intencionalmente ou não, reforçar estigmas e desigualdades. Neste contexto, o capacitismo se manifesta não apenas nas práticas institucionais, mas também nas expressões utilizadas em documentos de opinião técnica como, relatórios, laudos e pareceres sociais.

O Serviço Social brasileiro possui, em sua base normativa e ética, o compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos, da diversidade e da justiça social. Nesse sentido, é fundamental que a linguagem utilizada nas práticas profissionais esteja em consonância com princípios de respeito, inclusão e dignidade, sobretudo quando se refere a populações historicamente oprimidas, como as pessoas com deficiência. A utilização de termos e expressões capacitistas em documentos técnicos pode, portanto, comprometer não apenas a qualidade do trabalho profissional, mas também a própria viabilização dos direitos das pessoas atendidas pelos serviços.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar a presença de expressões capacitistas na produção documental do Serviço Social, a partir de uma pesquisa realizada com assistentes sociais atuantes na região Sudoeste do Paraná. Além disso, busca-se discutir as implicações éticas da linguagem capacitista e apresentar contribuições para a adoção de uma linguagem inclusiva na produção técnica profissional.

Discutir o anticapacitismo na produção documental do Serviço Social é fundamental para garantir uma atuação profissional ética, crítica e comprometida com os direitos humanos e a inclusão social. A produção documental - relatórios, laudos, pareceres e registros - não é neutra: ela carrega valores, visões de mundo e pode, consciente ou inconscientemente, reproduzir estigmas e preconceitos historicamente impostos às pessoas com deficiência.

O capacitismo, enquanto estrutura enraizada nas práticas sociais e institucionais, naturaliza a exclusão e a inferiorização de corpos e experiências que fogem do padrão considerado “normal”. Quando a produção documental do Serviço Social não problematiza essa lógica, pode reforçar barreiras simbólicas e práticas, dificultando o acesso a direitos, a participação social e a cidadania plena das pessoas com deficiência.

A discussão do anticapacitismo nos documentos técnicos é, portanto, uma exigência do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, que orienta a categoria a combater todas as formas de opressão, discriminação e exclusão social. Incorporar uma perspectiva anticapacitista significa, utilizar uma linguagem respeitosa, livre de termos pejorativos ou reducionistas, que valorize a singularidade e a autonomia dos sujeitos; e alinhar-se às normativas da profissão, como Código de Ética profissional e a Resolução CFESS nº 992/2022, que veda atos e condutas discriminatórias contra pessoas com deficiência no exercício profissional.

Portanto, discutir e incorporar o anticapacitismo na produção documental é essencial para romper com práticas históricas de exclusão, fortalecer a luta por direitos e garantir que o Serviço Social atue de forma transformadora, promovendo uma sociedade mais inclusiva.

Este estudo tem como objetivo geral analisar as expressões capacitistas presentes na produção documental do Serviço Social, compreendendo como essas manifestações se materializam nos registros técnicos e institucionais da profissão.

Para alcançar tal finalidade, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: identificar as expressões capacitistas mais recorrentes utilizadas nos documentos produzidos por assistentes sociais; analisar as implicações éticas e profissionais decorrentes do uso dessas expressões, à luz do Projeto Ético-Político Profissional e dos princípios que orientam a atuação da categoria; e, por fim, apontar contribuições para a construção de uma linguagem mais inclusiva, crítica e alinhada com a luta anticapacitista no campo do Serviço Social.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre o conceito de capacitismo no Brasil, recentemente, foi ampliada para além dos círculos acadêmicos e ativistas, alcançando espaços institucionais, legislativos e da sociedade civil. Esse avanço reflete uma conscientização crescente sobre o capacitismo como um sistema de opressão que hierarquiza a vida humana a partir de um padrão normativo de corpo e mente, naturalizando a exclusão e a discriminação contra pessoas com deficiência. No Brasil, o tema tem sido abordado em políticas públicas, documentos técnicos e debates sobre acessibilidade e direitos humanos, evidenciando a necessidade de combater não apenas barreiras físicas, mas também barreiras discursivas que perpetuam a marginalização dessas pessoas.

O capacitismo significa qualquer tipo de discriminação contra uma pessoa em função da deficiência, que pode ser definido como:

“[...] toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas” (Lei nº 13.146, 2015, art. 4 §1º).

De acordo com Diniz (2007), o capacitismo é uma forma de opressão que desvaloriza e marginaliza indivíduos com deficiência, baseando-se na ideia de que corpos e mentes considerados “normais” são superiores. A pesquisadora destaca que o capacitismo limita a manifestação da capacidade dos sujeitos, sendo um processo sociocultural que nega sistematicamente a plena participação social das pessoas com deficiência.

Maia (2023), define o capacitismo como um preconceito direcionado a qualquer pessoa que apresente uma deficiência, seja ela física, intelectual ou sensorial, trata-se de uma opressão estrutural que marginaliza e desvaloriza pessoas com deficiência, sustentando-se em uma lógica que associa o valor do ser humano à produtividade, à autonomia idealizada e à conformidade com padrões corporais e cognitivos normativos. Ela ressalta que o capacitismo contribui para privar os direitos e a

dignidade dessas pessoas, perpetuando desigualdades e injustiças sociais e promovendo sua exclusão.

Nesse sentido é possível observar que o capacitismo está intrinsicamente relacionado com uma estrutura de opressão social e simbólica, pois se manifesta não apenas por meio de barreiras físicas ou institucionais, mas principalmente através de discursos, representações e práticas culturais que naturalizam a inferiorização das pessoas com deficiência. Essa opressão simbólica opera, ao legitimar normas e valores que definem o que é considerado “normal” e “desejável”, marginalizando corpos e mentes que fogem a esses padrões.

Assim, a opressão simbólica reforça o capacitismo e a inferiorização das pessoas com deficiência, ao naturalizar e legitimar, por meio de discursos, práticas culturais e representações sociais. Essa forma de opressão silenciosamente ao impor um padrão normativo de corpo e mente considerados “normais” e “capazes”, enquanto desvaloriza e estigmatiza aqueles que não se enquadram nesse modelo, associando deficiência a incapacidade, fragilidade e dependência.

A análise de algumas expressões, comportamentos e concepções, empregadas no cotidiano, evidencia o quanto a sociedade impede que as pessoas com deficiência possam viver em condições de igualdade. De forma subliminar ou explícita, ao adotar um modelo social de convivência caracterizado como o da deficiência em contraponto com o da normalidade, a sociedade promove e valida a cultura de exclusão. Uma sociedade acolhedora e que respeita a diversidade humana, dificulta sobremaneira que essa cultura separatista continue proliferando (Lage; Lunardelli; Kawakami, 2023, p.14).

A linguagem, as atitudes e as instituições reproduzem essa lógica, muitas vezes de forma velada, por meio de comportamentos paternalistas, superproteção ou até elogios que reforçam estereótipos de vitimização e superação, contribuindo para a exclusão social e a marginalização simbólica das pessoas com deficiência. Assim, a opressão simbólica cria e sustenta um imaginário social que desqualifica essas pessoas, dificultando sua plena participação e reconhecimento na sociedade, o que mantém o ciclo do capacitismo enquanto estrutura de poder e discriminação.

A produção documental no Serviço Social é um instrumento técnico-operativo fundamental para a sistematização, registro e fundamentação das ações profissionais,

assegurando transparência, responsabilidade e efetividade na defesa dos direitos dos usuários. Por meio de documentos como relatórios, laudos, e pareceres, o assistente social analisa contextos e subsidia decisões em diferentes instâncias, contribuindo para a viabilização do acesso à direitos e para o enfrentamento das desigualdades sociais.

Além disso, a produção documental expressa o compromisso ético-político da profissão, pois deve refletir uma linguagem inclusiva e respeitosa, evitando a reprodução de estigmas e preconceitos. A qualidade desses documentos técnicos é essencial para que o Serviço Social cumpra seu papel de defesa e viabilização de direitos, possibilitando a interlocução com outras políticas públicas e setores da sociedade, e fortalecendo a participação social dos sujeitos atendidos.

No campo do Serviço Social, a linguagem é uma ferramenta poderosa que reflete e reforça valores, crenças e práticas sociais. No entanto, muitas vezes, documentos técnicos e relatórios produzidos por assistentes sociais reproduzem expressões capacitistas, perpetuando estereótipos e a exclusão de pessoas com deficiência.

A linguagem é tida como um instrumento de trabalho do assistente social, fundamental para suas atividades e reflexões sobre a realidade social, “o Serviço Social em seu cotidiano profissional, como instrumento básico de trabalho, o conhecimento e a linguagem (Iamamoto, 2009, p. 97)”. Nesse sentido, os assistentes sociais devem se comprometer com uma leitura crítica da realidade social, sendo necessário articular as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para decifrar a realidade.

Dessa forma, é importante que estejamos atentos a comunicação realizada por nós, assistentes sociais, seja na linguagem verbal que utilizamos quando nos comunicamos, mas sobretudo a linguagem escrita em nossos instrumentos técnico-operativos e/ou documentos de opinião técnica profissional.

A reflexão sobre a comunicação no exercício profissional do Assistente Social é um desafio. Trata de uma interface entre áreas que possuem uma relação dialética com a dinâmica da vida econômica, política e social do país e do mundo (Figueredo, 2009, p.327).

Iamamoto (2009) alerta à profissão sobre a importância de se alinhar aos novos tempos. Para a autora é necessário romper com a visão endógena e focalista, para “alargar horizontes, olhar mais para longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade”. (Iamamoto, 2009, p. 20). Nesse sentido, torna-se fundamental apreender as novas mediações e ressignificar a prática profissional, reconhecendo suas especificidades e explorando novas possibilidades de intervenção.

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (Iamamoto, 2009, p. 20).

Nessa conjuntura, o Serviço Social se posiciona como agente ativo na luta pela democratização da comunicação no Brasil, com o objetivo de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. De acordo com o conjunto CFESS/CRESS:

[...] a comunicação tem papel estratégico no fortalecimento dos usuários e usuárias dos serviços e políticas sociais, na disputa pela função e imagem social da profissão e na construção de um poder popular com vistas à transformação das relações sociais (Política de Comunicação, 2016, p. 10).

Diante disso, quando utilizamos linguagem capacitista, seja de forma escrita e/ou verbal, a/o assistente social infringe diversos princípios fundamentais do Código de Ética da/o assistente social de 1993, comprometendo os valores éticos da profissão. Alguns dos principais princípios violados:

- II - Defesa intransigente dos Direitos Humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo. O capacitismo perpetua preconceitos e discriminações, indo contra a defesa dos direitos das pessoas com deficiência, que são parte essencial dos direitos humanos.
- III - Ampliação e consolidação da cidadania, considerando a universidade dos direitos civis e sociais. Utilizar expressões capacitistas nega a cidadania plena das pessoas com deficiência, reforçando estigmas que excluem e marginalizam esse grupo.
- V – Posicionamento em favor da equidade e da justiça social. A linguagem capacitista reproduz desigualdades ao desvalorizar ou inferiorizar pessoas com deficiência, contrariando o compromisso com a justiça social e a igualdade.
- VI – Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito. O capacitismo é uma forma de preconceito explícito ou implícito. Ao reproduzi-

lo, o/a profissional colabora com práticas discriminatórias, infringindo o princípio de combate a toda e qualquer forma de discriminação (Código de Ética, 1993, p.23).

Esses princípios deixam claro que a linguagem ética e inclusiva é essencial para garantir uma prática profissional alinhada ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, promovendo respeito para todos os sujeitos.

A linguagem utilizada pelo/a assistente social é uma expressão direta do seu posicionamento ético e técnico, pois reflete o compromisso com o respeito à dignidade, à autonomia e aos direitos dos sujeitos atendidos, especialmente das pessoas com deficiência. Uma linguagem cuidadosa, inclusiva e anticapacitista demonstra a sensibilidade do profissional em combater estigmas e preconceitos historicamente presentes na sociedade, alinhando-se aos princípios do projeto ético-político da profissão e às normativas do CFESS, como a Resolução nº 992/2022, que veda práticas discriminatórias no exercício profissional.

Além disso, a escolha de termos que valorizem a diversidade humana e evitem a infantilização ou a patologização contribui para a construção de relações de confiança e para a viabilização dos direitos sociais, fortalecendo o papel do assistente social como agente de transformação social e promoção da inclusão. Portanto, a linguagem não é apenas um instrumento técnico, mas uma prática ética que materializa o compromisso do/a assistente social com a justiça social e a viabilização de direitos.

3. METODOLOGIA

Sendo a bússola que direciona os caminhos da pesquisa, a metodologia se apresenta como uma etapa de extrema importância, tanto para a sua elaboração, como para a execução desse estudo. Minayo (2001, p.16), descreve a metodologia como sendo o “caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. De acordo com Gil (2002, p.162) é na metodologia que “descrevem-se os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa”.

O delineamento da pesquisa é “a etapa onde o pesquisador passa a considerar a aplicação de métodos discretos, ou seja, daqueles que proporcionam os meios técnicos para a investigação.”, conforme aponta Gil (2008, p. 50). Nesse sentido, o autor define dois grandes grupos de delineamentos: “aqueles que se valem das fontes de papel” e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas.” No primeiro grupo estão a “pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental”, e no segundo estão a “pesquisa experimental, a pesquisa *ex-post-facto*, o levantamento, o estudo de campo e o estudo de caso.”

Sendo assim, esse estudo está classificado no segundo grupo, caracterizado pelo estudo de campo, é definido como sendo um “estudo profundo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado.” conforme aponta Gil (2008, p.57 – 58).

O caráter qualitativo adotado para essa pesquisa visa evidenciar a realidade que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos meramente à operacionalização de atividades do cotidiano. Nesse sentido, a abordagem qualitativa é a opção que mais se aprofunda no mundo dos significados e das ações e relações humanas em que “a pesquisa qualitativa em Serviço Social possibilita um aprofundamento real do conhecimento.” como destaca Martinelli (1999, p. 25).

A pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, “envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análises [...] procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles.” Conforme destaca Chizzotti (2003, p.221).

O estudo foi realizado com assistentes sociais atuantes na região Sudoeste do Paraná, especificamente com profissionais integrantes do Núcleo Regional de Serviço Social (NUCRESS) de Francisco Beltrão – PR, instância regional vinculada ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), que tem como atribuição promover debates, trocas de experiências e ações em defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

O universo da pesquisa compreende os 162 membros cadastrados no NUCRESS, sendo que a amostra foi composta por 11 assistentes sociais que se voluntariaram para participar do estudo. A escolha dos participantes leva em consideração os critérios de adesão exclusiva, respeitando os princípios éticos da pesquisa social, como o consentimento livre e esclarecido e a garantia de anonimato dos sujeitos. O objetivo central foi compreender as vivências e percepções desses profissionais no exercício do Serviço Social, considerando as especificidades territoriais e as particularidades socioeconômicas da região Sudoeste do Paraná.

A coleta de dados priorizou técnicas qualitativas, reconhecidas por sua capacidade de captar a complexidade das características sociais e de dar voz aos sujeitos pesquisados, valorizando suas experiências e interpretações. A análise dos dados aumentou uma perspectiva abrangente, buscando identificar sentidos, desafios e potencialidades do exercício profissional no contexto investigado, em consonância com os fundamentos ético-políticos do Serviço Social.

Na condução desta pesquisa, foram rigorosamente observados os princípios éticos estabelecidos para pesquisas com seres humanos, em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Todos os participantes foram convidados de forma voluntária para contribuir com o estudo intitulado “Linguagem anticapacitista na produção técnica do Serviço Social: percepções e práticas de assistentes sociais no Sudoeste do Paraná”. O convite explicitou que a participação consistia no preenchimento de um questionário, com duração estimada de 10 a 15 minutos, e que não haveria qualquer tipo de remuneração, custo ou benefício direto pela participação.

Foi garantido aos participantes o direito de recusa-se a participar ou desistir a qualquer momento, sem prejuízos de qualquer natureza. Os dados coletados não contêm informações que possam identificar os respondentes e serão usados exclusivamente para fins científicos e acadêmicos, garantindo sigilo e confidencialidade. Os resultados poderão ser divulgados em artigos, eventos acadêmicos ou relatórios científicos, sempre de forma coletiva e anônima. Para eventuais dúvidas, sugestões ou sugestões de informações adicionais, foi fornecido o

contato da pesquisadora responsável, reforçando o compromisso com a transparência e o respeito aos participantes ao longo de todo o processo de pesquisa.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A região Sudoeste do Paraná é marcada por uma colonização relativamente recente, iniciada principalmente na década de 1940, com a chegada de descendentes de alemães, italianos e outros povos vindos de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e do próprio Paraná. Essa miscigenação cultural, somada à presença das comunidades indígenas originárias, confere à região diversidade cultural e histórica. Territorialmente, o Sudoeste ocupa cerca de 17 mil km², correspondendo a aproximadamente 8,6% do território estadual, e abriga cerca de 622 mil habitantes distribuídos em 42 municípios. A economia local é fortemente baseada na agropecuária, com destaque para a agricultura familiar, e no comércio concentrado em cidades como Francisco Beltrão e Pato Branco. A região também possui relevância turística, especialmente na área dos “Vales do Iguaçu”, devido à proximidade com o Rio Iguaçu, e é marcada por um histórico de lutas territoriais que influenciaram sua configuração socioespacial.

No que diz respeito a distribuição dos municípios de atuação dos assistentes sociais participantes da pesquisa, totalizando 09 respostas. Observa-se que a maioria dos assistentes sociais atua no município de Francisco Beltrão, representando 45,5% (5 participantes) do total. Os demais municípios - Boa Esperança do Iguaçu-PR, Dois Vizinhos, Flor da Serra do Sul e Salto do Lontra - contam cada um com apenas um participante, o que equivale a 9,1% para cada localidade.

Essa distribuição evidencia uma concentração significativa de profissionais em Francisco Beltrão, possivelmente refletindo o porte do município, sua centralidade regional ou a maior oferta de serviços e oportunidades profissionais na área do Serviço Social. Por outro lado, a presença de participantes em diferentes municípios, mesmo que em menor número, demonstra a abrangência territorial do Núcleo Regional de

Serviço Social (NUCRESS) de Francisco Beltrão e indica a diversidade de contextos em que os assistentes sociais atuam na região Sudoeste do Paraná.

Já no que se refere a diversidade de áreas de atuação dos assistentes sociais participantes da pesquisa. Observa-se que a maioria atua na área da Assistência Social, representando 45,5% dos entrevistados. Em seguida, as áreas da Saúde e da Educação aparecem com 18,2% cada uma, evidenciando a presença significativa desses profissionais em setores essenciais para a viabilização de direitos sociais. As áreas do Judiciário e da Previdência contam com 9,1% cada, enquanto não há registros de atuação em ONGs ou empresas privadas entre os participantes.

Essa distribuição revela o papel central da Assistência Social como campo de trabalho para os assistentes sociais no Sudoeste do Paraná, refletindo a importância das políticas públicas de proteção social na região. Além disso, a presença em Saúde, Educação, Judiciário e Previdência indica a inserção desses profissionais em diferentes políticas públicas e espaços institucionais, contribuindo para a promoção da cidadania e a defesa de direitos em múltiplos contextos sociais.

Quando questionados se os profissionais já haviam participado de alguma capacitação sobre o capacitismo, o resultado revela que a maioria dos assistentes sociais não participou de nenhuma capacitação ou formação sobre o capacitismo. Especificamente 63,6% responderam “Não”, enquanto apenas 27,3% afirmaram ter participado de alguma capacitação e 9,1% não têm certeza se já participaram desse tipo de formação.

Essa distribuição evidencia uma fragilidade significativa nos processos de formação continuada dos profissionais quanto ao tema do capacitismo e/ou linguagem anticapacitista. O fato de mais da metade dos participantes não ter tido acesso a esse tipo de capacitação aponta para a necessidade de ampliar os espaços de formação e debate sobre o assunto, considerando sua relevância para a promoção de práticas profissionais mais inclusivas e alinhadas ao compromisso ético do Serviço Social. Além disso, o percentual de profissionais que não tem certeza sobre sua participação em formações dessa natureza pode indicar que o tema ainda é pouco conhecido nos

processos de capacitação, reforçando a importância de tratá-lo de maneira mais clara nas ações de qualificação profissional.

As respostas apresentadas sobre a definição de capacitismo refletem uma compreensão comprovada aos conceitos amplamente discutidos na literatura.

Os participantes destacam o capacitismo como uma forma de preconceito e discriminação contra pessoas com deficiência, fundamentada na ideia de inferioridade ou incapacidade, o que está em consonância com autores como Diniz (2007) e Maia (2025), que o definem como um sistema de opressão que desvaloriza e marginaliza essas pessoas. Além disso, as respostas ressaltam que o capacitismo se manifesta tanto explicitamente, por meio de atitudes e linguagem pejorativa, quanto implicitamente, ao reproduzir estereótipos e práticas discriminatórias que violam os princípios éticos do Serviço Social.

Em resumo, as definições fornecidas pelos participantes evidenciaram um entendimento consistente do capacitismo como um problema específico e complexo, que perpassa preconceitos explícitos e implícitos, e que exige uma postura crítica e ética por parte dos assistentes sociais para a superação das desigualdades enfrentadas pelas pessoas com deficiência.

Quando questionados sobre a percepção dos assistentes sociais sobre a presença do capacitismo em documentos técnicos da área do Serviço Social, a grande maioria dos participantes (81,8%) respondeu que sim, confirmando que o capacitismo pode estar presente nesses documentos. Esse resultado demonstra uma consciência crítica significativa entre os profissionais sobre o risco de reprodução de práticas e discursos capacitistas na produção documental, o que reforça a importância do tema para o exercício ético da profissão.

Por outro, lado 18,2% dos participantes afirmaram que nunca fizeram um paralelo para refletir sobre essa possibilidade, indicando que ainda existe um espaço importante para o aprofundamento do debate e para a formação continuada sobre o tema. É notável que nenhuma resposta indicada de que o capacitismo não pode estar presente em documentos técnicos, o que sugere que, mesmo entre aqueles que não refletiram sobre o assunto, não há uma negação da existência do problema.

Quando questionados se os profissionais já elaboraram documentos como relatórios, laudos ou pareceres que envolviam pessoas com deficiência, mostra que 100% dos participantes já realizaram essa prática, evidenciando que esse dado é altamente relevante dentro do tema da linguagem anticapacitista, pois evidencia que todos os profissionais da amostra têm experiência direta com a produção documental relacionada à pessoas com deficiência.

Esse resultado reforça a importância de discutir e promover a linguagem anticapacitista no Serviço Social, já que a totalidade dos participantes está envolvida em práticas que podem impactar diretamente a vida e os direitos das pessoas com deficiência. Diante disso, torna-se fundamental que esses profissionais estejam atentos à escolha das palavras, à forma de abordagem e à necessidade de evitar termos e expressões que possam fortalecer estigmas ou preconceitos. A produção documental, quando pautada por uma linguagem inclusiva e respeitosa, contribui para a promoção da cidadania, da autonomia e da dignidade das pessoas com deficiência, alinhando-se ao compromisso ético-político do Serviço Social.

No que se refere a preocupação dos assistentes sociais em usar linguagem anticapacitista a maioria dos profissionais participantes demonstra uma preocupação consistente, em que especificamente 72,7% afirmam que sempre se preocupam com essa questão, enquanto 18,1% relatam que às vezes têm esse cuidado. E apenas 9,1% responderam que não tem certeza do que é linguagem capacitista, e nenhum participante marcou “não”. Esses dados indicam um avanço significativo na conscientização dos profissionais sobre a importância da linguagem inclusiva e anticapacitista no exercício do Serviço Social, refletindo o alinhamento com os princípios ético-políticos da profissão. No entanto, o fato de uma parcela ainda não possuir clareza sobre o conceito de linguagem capacitista evidencia a necessidade de ampliar a formação e o debate sobre o tema, para que todos os profissionais possam atuar de forma crítica e comprometida com a promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

A partir da análise das respostas obtidas, evidencia-se que expressões capacitistas ainda são recorrentes em documentos técnicos produzidos por

assistentes sociais na região sudoeste do Paraná. A expressão mais apresentada foi “portador de necessidade especial”, marcada por 100% dos participantes, o que indica que essa terminologia, apesar de ultrapassada ainda é amplamente utilizada. Em seguida, a frase “Ele(a) é especial”, aparece em 81,8% das respostas, reforçando o uso de eufemismos, que embora, pareçam positivos, acaba por reforçar a ideia de diferença e segregação.

Outras expressões marcadas com frequência significativa incluem “Não ter pernas para fazer algo” e “A família carrega a cruz de ter uma pessoa com deficiência” (ambas com 36,4%), além de “Exemplo de superação” e “Igual cego(a) em tiroteio” (27,3% cada). Essas frases refletem tanto a tendência de vitimização e supervalorização das pessoas com deficiência quanto a naturalização de metáforas pejorativas no cotidiano profissional.

Expressões como “Está muito autista”, “Fingiu demência” e “Está mal das pernas” também aparecem, ainda que em menor proporção (18,2%), diminuindo que a linguagem patologizante e estigmatizante persiste em parte da produção documental. Termos como “Braço curto”, “Ceguinho/mudinho”, “Deu uma de João sem braço” e “Fulano deu uma mancada” foram menos frequentes, mas ainda assim presentes, o que demonstram a necessidade de atenção contínua à revisão de práticas linguísticas.

As expressões mencionadas ferem diretamente os princípios do Código de Ética do Assistente Social porque contrariam valores fundamentais como o respeito à dignidade da pessoa humana, a não discriminação, a defesa intransigente dos direitos humanos e o compromisso com a eliminação de todas as formas de preconceito. Nesse sentido, o uso de termos ultrapassados e eufemismos (“portador de necessidades especiais”, “ele(a) é especial”) viola o Código de Ética por não respeitar os avanços nas lutas por direitos das pessoas com deficiência. Ao dizer que a pessoa “porta” algo, implica que a deficiência pode ser “deixada de lado”, negando sua condição identitária permanente.

Expressões que reforçam o capacitismo simbólico (“exemplo de superação”, “a família carrega a cruz”, “não ter pernas para fazer algo”), colocam a pessoa com

deficiência como alguém a ser superado ou como um fardo para a família, o que alimenta uma visão assistencialista e piedosa. Além disso, naturaliza desigualdades e dificulta o reconhecimento da pessoa com deficiência como sujeito de direitos.

Metáforas pejorativas e expressões populares capacitistas (“igual cego em tiroteio”, “fulano deu uma mancada”, “deu uma de João sem braço”), essas metáforas mesmo que populares, utilizam características relacionadas à deficiência como sinônimo de ineficiência, dissimulação ou erro, promovendo discriminação simbólica. Além disso, reproduz estigmas na linguagem cotidiana e na produção documental, comprometendo a postura ética e crítica do profissional. Espíndola (2011) destaca a importância de refletir sobre a comunicação no campo do Serviço Social, ressaltando seu caráter transversal e sua conexão intrínseca com o exercício profissional diante das expressões da questão social.

Refletir sobre o processo de comunicação no exercício profissional do assistente social deve, portanto, se construir num ponto importante de análise e de intervenção junto às diversas expressões da questão social [...] (Espíndola; 2011, p. 228).

As respostas à pergunta sobre o impacto do uso de termos capacitistas em documentos técnicos do Serviço Social evidenciam uma compreensão clara e crítica dos profissionais sobre as consequências negativas dessa prática. A maioria dos participantes aponta que o uso de linguagem capacitista reforça estigmas, preconceitos e a ideia de inferioridade das pessoas com deficiência, o que contribui para a perpetuação da discriminação e da exclusão social. Além disso, há o destaque por alguns participantes que tais expressões ferem o Código de Ética do Serviço Social, prejudicando diretamente os usuários e violando seus direitos, o que configura uma afronta aos princípios éticos da profissão.

Alguns respondentes admitem que a reprodução do capacitismo pode ocorrer por falta de conhecimento ou formação adequada, determinando a necessidade de capacitações específicas para evitar a reprodução dessas práticas discriminatórias. A percepção de que os documentos técnicos podem se tornar instrumentos de violência simbólica, em vez de promover o acesso a direitos, reforça a importância de uma

revisão crítica da linguagem utilizada e da adoção de uma postura ética e anticapacitista.

Por fim, as respostas também revelam que profissionais em início de carreira ou com pouca experiência na área ainda enfrentam dificuldades para compreender plenamente o tema, o que reforçam a necessidade de inserir o debate sobre capacitismo e linguagem anticapacitista na formação acadêmica e na qualificação continuada dos assistentes sociais.

A partir das respostas obtidas, também ficou evidente que a maioria dos profissionais participantes da pesquisa confirma que a adoção de uma linguagem anticapacitista está alinhada ao Projeto Ético-Político do Serviço Social. Especificamente, 81,8% responderam “Sim”, evidenciando uma compreensão consolidada de que práticas linguísticas inclusivas e respeitosas são parte fundamental do compromisso ético da profissão com a promoção dos direitos humanos, a justiça social e a eliminação de todas as formas de discriminação.

Por outro lado, 18,2% dos entrevistados afirmaram que nunca haviam refletido sobre essa relação, o que indica que ainda existe espaço para aprofundar o debate e a formação sobre a importância da linguagem anticapacitista no cotidiano profissional. É importante ressaltar que nenhuma resposta indicou discordância quanto ao alinhamento entre a linguagem anticapacitista e o Projeto Ético-Político, reforçando o consenso sobre a relevância do tema.

Sobre o interesse em participar de formações ou rodas de conversa sobre capacitismo e linguagem anticapacitista na profissão, temos unanimidade nas respostas afirmativas. Esse resultado é altamente significativo e merece uma análise crítica sob diferentes perspectivas. Primeiramente, o conjunto das respostas positivas indica uma consciência coletiva sobre a importância do tema e uma disposição ativa para o aprimoramento profissional. Isso sugere que os assistentes sociais registrem tanto a existência de lacunas em sua formação quanto a necessidade de atualização constante diante dos desafios éticos e técnicos pelo combate ao capacitismo no cotidiano do Serviço Social.

Além disso, o interesse unânime pode ser interpretado como reflexo de um contexto profissional que valoriza a ética, a inclusão e a justiça social, pilares do Projeto Ético-Político da profissão. A busca por formação continuada demonstra o compromisso dos profissionais em alinhar suas práticas à defesa dos direitos das pessoas com deficiência, evitando a reprodução de estigmas e discriminações históricas.

Outro aspecto relevante é que esse resultado aponta para uma demanda reprimida por espaços de diálogo, troca de experiências e qualificação sobre o tema. A ausência de respostas negativas ou incertas (“Não” ou “Talvez”) revela que o capacitismo e a linguagem anticapacitista são questões selecionadas como prioritárias, e que há abertura para o debate e para a transformação das práticas institucionais.

Por fim, a unanimidade também pode ser vista como um chamado para que entidades representativas, instituições de ensino e órgãos gestores promovam e ampliem iniciativas de formação, rodas de conversa e capacitações específicas sobre capacitação no Serviço Social. Atender a essa demanda é fundamental para fortalecer o compromisso ético-político da profissão e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e livre de barreiras atitudinais e simbólicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada neste artigo evidencia que o enfrentamento da capacitação na produção documental do Serviço Social é um desafio ético, técnico e político central para a consolidação de práticas verdadeiramente inclusivas. Os resultados da pesquisa com assistentes sociais do Sudoeste do Paraná demonstram que, embora haja avanços na compreensão sobre o impacto da linguagem capacitista, expressões e termos inadequados ainda persistem nos documentos técnicos, muitas vezes de forma naturalizada ou por desconhecimento.

Fica evidente que a produção documental não é neutra: ela expressa valores, influências e posicionamentos que podem tanto promover a inclusão quanto reforçar

quanto estigmas e exclusão. O uso de linguagem capacitista em relatórios, elogios e pareceres não apenas compromete a qualidade técnica do trabalho profissional, mas também viola princípios fundamentais do Código de Ética do Serviço Social, como a defesa dos direitos humanos, a promoção da cidadania e o combate a todas as formas de discriminação.

A pesquisa revelou que a maioria dos profissionais confirma a importância de adotar uma linguagem anticapitista, alinhando-se ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, mas também aponta para a necessidade de formação continuada, espaços de diálogo e atualização sobre o tema. O interesse unânime dos participantes em participar de rodas de conversa e capacitações reforça a urgência de investir em processos formativos que abordem o capacitismo de maneira crítica e prática.

Entre as contribuições destacadas, ressalta-se a necessidade de ampliar a formação continuada dos profissionais, projetos de extensão com instituição de ensino pública, projetos de intervenção de estágio, com foco na sensibilização e no aprofundamento teórico-prático sobre capacitismo e linguagem anticapitista. Essa qualificação deve promover a desconstrução de conceitos e expressões capacitistas, incentivando o uso de termos que valorizem a autonomia, a diversidade e a dignidade das pessoas com deficiência, afastando-se de estereótipos e preconceitos historicamente naturalizados.

Além disso, a pesquisa reforça a importância do diálogo coletivo e da troca de experiências entre os profissionais, por meio de rodas de conversa, grupos de estudo e espaços institucionais, para fortalecer a consciência ética e política em torno do tema. Essa colaboração contribui para a construção de práticas profissionais mais reflexivas, comprometidas e transformadoras.

REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Metodologias qualitativas de pesquisa em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2017. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/437/447/1320>. Acesso em: mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: mai. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Guia de combate ao capacitismo.** Brasília: MDHC, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/Guia_Capacitismo_03_11_23.pdf. Acesso em: 13 mai. 2025.

CAMPOS, Carla; GABURO, Iane. Serviço Social e capacitismo: inserção no debate e experiência profissional. In: *ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL*, 10.; *ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL*, 17., 2024, Vitória. *Anais eletrônicos...* Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2024. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/LivroAnticapacitismoExercicioProfissional2023Cfess-Acessivel.pdf>. Acesso em mai. 2025.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnx1ZmFiY21vcnV0dGI8Z3g6NjNINTVIYmU5MDIyZDFkYg>. Acesso em mai. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social.** Aprovado pela Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993. Brasília, DF: CFESS, 1993. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_273-93.pdf. Acesso em mai. 2025.

_____. **Documento de opinião técnica sobre a produção de documentos e pareceres técnicos no trabalho do/a assistente social.** Brasília, DF: CFESS, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/EbookCfess-DocOpinioTecnica2022-Final.pdf>. Acesso em mai. 2025.

_____. **Política de Comunicação CFESS-CRESS.** 3. ed. Brasília, DF: CFESS, 2017. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/uploads/revista/3920/ayTYtCuyMC8BYh06n8LheH2q0nV09p7r.pdf>. Acesso em mai. 2025.

_____. **Resolução CFESS nº 992, de 22 de março de 2022.** Estabelece normas vedando atos e condutas discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoas com deficiência no exercício profissional do/a assistente social. Brasília, DF: CFESS, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/rescfess992.pdf>. Acesso em mai. 2025.

A nossa liberdade é anticapacitista! [vídeo]. YouTube, 21 mar. 2024. Disponível em: <https://youtu.be/dxhdKSt8fGA>. Acesso em mai. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO RIO DE JANEIRO (CRESS-RJ). **Revista PRAXIS**, n. 110, ano XIV, 2024. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, 2024. Disponível em: https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2024/08/CRESS_RJ_REVISTA_PRAXIS_110_20X26CM_07-2024_V9.pdf. Acesso em mai. 2025.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos; 324).

ESPÍNDOLA, Nelma R. S. **Em defesa do diálogo entre a mídia rádio e o Serviço Social**. In: SALES, M. A.; RUIZ, J. S. R. (Org.). *Mídia, questão social e Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora, 2009. v. 1, p. 214-234.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. **O assistente social na era das comunicações**. In: RUIZ, Jefferson Lee de Souza; SALES, Mione Apolinário (Org.). *Mídia, Questão Social e Serviço Social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 323–343.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAGE, Sandra Regina Moitinho; LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares; KAWAKAMI, Tatiana Tissa. **O capacitismo e suas formas de opressão nas ações do dia a dia**. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 28, 2023, e93040. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eb/a/HSy9D6BjLP6P9Gv3mtBvVyn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em mai. 2025.

MAIA, Júlia de Souza. **No limite do equilíbrio: desconstrução do capacitismo**. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Brasília: Centro Universitário de Brasília (UnICEUB), 2023. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/16604>. Acesso em mai. 2025.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa: um caminho para a intervenção profissional**. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano XI, n. 19, p. 31-44, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 3. ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/374763874/Desafio-Do-Conhecimento-Minayo>. Acesso em mai. 2025.

UFES. **Serviço Social e Capacitismo**: inserção no debate e experiência profissional. In: *ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL*, 10.; *ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL*, 17., 2024, Vitória. **Anais eletrônicos...** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2024. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/LivroAnticapacitismoExercicioProfissional2023Cfess-Acessivel.pdf>. Acesso em mai. 2025.

SILVA, João da. **Capacitismo**: uma categoria útil para a análise histórica das marginalizações sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 39, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/dRpVwh6C99VB6kq5yxDjyNv/>. Acesso em mai. 2025.

SOUZA, Anna Beatriz Valentim de; SOUZA, Juciara Gomes de Matos; SILVA, Bismarck Oliveira da. **Anticapacitismo, projeto ético-político profissional do/a assistente social e os desafios da práxis no centro especializado em reabilitação para pessoas com deficiência**. *Serviço Social em Perspectiva*, Montes Claros (MG), v. 7, n. 2, p. 299-313, jul./dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202330>.